

RESTRICTED

Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R002900020011-5 25X1

HENRIQUE GALVÃO

DEPUTADO SALAZARISTA À ASSEMBLEIA NACIONAL

# A EXPLORAÇÃO E EXTERMÍNIO

dos povos coloniais  
pela camarilha de Salazar



Editorial "AVANTE!"

Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R002900020011-5

RESTRICTED

25X1

Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R002900020011-5

...repetidas vezes sublima, como mais elevada característica do seu "patriotismo", a sua política "imperial". A isto há que responder, em primeiro lugar, que este salazarismo, longe da sua apregoada política de grandeza, tem entregado as colónias portuguesas, como o próprio território continental, à rapina e à gula de negreiros e imperialistas, quando não, como sucedeu com Timor, à estratégia de agressores. Em segundo lugar, não é mantendo os povos coloniais em regime de escravatura, não é mantendo as levas de escravos de colónia para colónia, condenando-os à morte pela natureza do trabalho, do clima e dos tratos que lhes são impostos, não é saqueando os pequenos agricultores indígenas, não é dando largas aos castigos corporais e desrespeito, pela vida dos negros, não é hostilizando costumes e religiões, não é fomentando ideias de ódio racial, não é com uma tal política que se promove o desenvolvimento das colónias e que se garante o cumprimento da "missão civilizadora". Isso consegue-se, subindo o nível de vida, de cultura e de preparação dos povos coloniais, dando de facto ao indígena as condições de pessoa humana, tornando numa realidade a ajuda fraterna do povo português aos povos das colónias portuguesas. Aí reside o interesse da nação".

Do Informe político do Comité Central  
ao 2º Congresso Legal do Partido  
Comunista Português, 1913.

NOTA PRELIMINAR

O engenheiro Henrique Galvão é conhecido defensor do "Estado Novo" e deputado à Assembleia Nacional. O seu testemunho sobre a administração salazarista nas colónias é portanto suspeito: suspeito de diminuir a gravidade da situação e a responsabilidade do governo fascista, que Henrique Galvão apoia. Chegou-nos às mãos um relatório seu, datado de 22 de Janeiro de 1947. Apesar de que a finalidade do autor é definir melhores métodos de exploração colonial, apesar de que procura ainda defender o governo, o quadro que aí se apresenta da incompetência e crueldade da administração salazarista, da exploração, da miséria, dos crimes a que são sujeitos os povos coloniais, da verdadeira escravatura existente nas colónias portuguesas, é uma condenação implacável da "política colonial" da camarilla fascista de Salazar. Apoiando o Estado Novo, Henrique Galvão liga a sua responsabilidade à responsabilidade do governo. Não podemos porém deixar de considerar as suas declarações como um verdadeiro acto de coragem.

Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R002900020011-5

Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R002900020011-5

Português, publicando as passagens fundamentais respeitantes às situações dos povos coloniais, dá uma contribuição para o esclarecimento da acção criminosa do governo fascista e para o despertar dos povos coloniais contra a opressão desumana de que são vítimas. Podem os fascistas dizer que, publicando apenas passagens, deturpamos o sentido do documento. Tem remédio simples: publiquem-no eles integralmente, se para tanto tiverem coragem...

Através do relatório do salazarista Henrique Galvão, o governo de Salazar aparece-nos como um governo de negreiros e escravagistas, cujas palavras constantes sobre a "acção civilizadora", sobre a "evangelização", sobre os "direitos iguais de todos os cidadãos do Império", sobre a "doçura" dos métodos coloniais, etc., são revoltante hipocrisia.

O povo português não pode deixar de erguer o seu protesto contra estes crimes. O povo português não está interessado na escravidão e no extermínio dos povos coloniais, levado a cabo em benefício dum punhado de grandes capitalistas, entre os quais o próprio ministro das Colónias, Teófilo Duarte e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Caeiro da Mata, ambos grandes acionistas de companhias coloniais. É interesse e dever do povo português ajudar os povos das colónias portuguesas a libertarem-se do feroz jugo imperialista e prestar-lhes uma "ajuda efectiva e prolongada" de forma a que eles possam encaminhar-se para uma efectiva igualdade, para o bem-estar material, para a instrução e cultura, para a liberdade de trabalho e liberdade política, para a independência e separação se a virem a desejar.

A solução completa do problema das colónias portuguesas só poderá ser alcançada por um Portugal socialista, orientado pela teoria de Lênine e Stáline sobre o problema colonial. Mas será um primeiro e importante passo, o derrubamento da ditadura fascista e escravagista de Salazar e a instauração em Portugal de um regime democrático. Na luta por este objectivo, o povo português e os povos das colónias portuguesas dão fraternalmente as mãos.

Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R002900020011-5

do Relatório de Henrique Galvão  
de 22 de Janeiro de 1947:

### "A população foge em massa..."

Há muitos anos que se vinha verificando nas nossas colónias africanas de indigenato (Guiné, Angola e Moçambique) a existência de caudais emigratórios para as colónias vizinhas.

A emigração legal, autorizada (regulada para a União Sul-Africana e Rodésia do Sul) constitui, naturalmente, dado o número de emigrantes (mais de 100.000 homens dos melhores) factor muito importante de prejuizo demográfico. Mas é a emigração clandestina que está esgotando, em ritmo cada vez mais vivo, as populações da Guiné, Moçambique e Angola e que, em Angola, é, em grande parte, responsável pelo estado gravíssimo de anemia demográfica em que esta colónia se encontra. Ficam os velhos, as mulheres, as crianças, os doentes, os débeis. A ausência muito longa dos melhores, a permanência dos mais fracos e a fixação no estrangeiro de um número cada vez mais considerável dos primeiros não só desmantelam, e desvalorizam a família indígena, como provocam as mais graves falhas e criam as piores condições de natalidade.

O número de indígenas que regressam, depois de contratos de trabalho e fugas aventureiras de duração que, em geral, excede um ano, além de diminuir consideravelmente, como disse, vem nos últimos anos a exercer uma acção quase tão destrutiva como a sua ausência, porque se têm transformado em agentes de propaganda emigratória junto dos patriotas que ainda não emigram. Regressam repletos de bugigangas e de histórias, e, com este excitante já poderoso a animar o espirito do nomadismo típico de muitas tribos, trazem sempre informações que põem em relevo, especialmente tentador, a diferença de nível de vida entre os indígenas das colónias portuguesas e os indígenas das colónias vizinhas.

Toda uma zona de mais de 100 quilómetros de profundidade ao longo das fronteiras terrestres de Angola, com raras soluções de continuidade (Chitato e Alto Zambeze) toda uma zona de mais de 100 quilómetros de profundidade ao longo das fronteiras de Moçambique a norte do Save; largas manchas fronteiriças da Guiné, encontram-se em via de rápido e completo despovoamento. O Sul do Save, em Moçambique tem a facies económica de território de emigração. No interior destas colónias, a distâncias consideráveis das fronteiras, formam-se com intensidade alarmante, correntes de emigração clandestina. A imagem, ou imagens, desta situação encontra-se ainda introduzida em números rigorosos no aspecto desolador dos povoados indígenas: à medida que nos aproximamos das fronteiras quase desaparecem os homens válidos. Só se encontram, justificando-se, nas sanzalas e quimboas, velhos, mulheres, crianças e doentes. E topam-se constantemente sobados ou regulados antes densamen-

quando não totalmente extintos.

E escusado será pôr em relevo o significado político de um fenómeno extensivo às três colónias que nos pertencem no continente africano — a nós que fomos criadores de povos — e cuja expressão é a seguinte: a população foge em massa, abandona a terra e os lares, os territórios esvasiam-se.

Cômputo, por baixo, o número de indígenas portugueses perdidos em movimentos de emigração pelas nossas três colónias da Guiné, Angola e Moçambique, nos últimos dez anos em cerca de 1 milhão; o número de indígenas portugueses actualmente ausentes de Angola e Moçambique, em cerca de 2 milhões. As perdas anuais com tendências para aumento, estimo-as em cerca de 100.000.

No próprio Congo Belga, onde as coisas se passam muito menos perfeitamente do que na Rodésia e no Niassalândia, o mecanismo é menos lesivo dos interesses indígenas do que em Angola. Por mais doloroso que seja reconhecê-lo, é preciso dizer esta verdade: considerámos este problema como aprendiz de colonização envenenados pela burocracia.

### "Decadência física dos povos"

Perdas demográficas sofridas por incapacidade e decadência física dos povos, falta de assistência médica, hipalimentação, deminuição da natalidade, mortalidade infantil, invalidez e mortalidade no trabalho. A decadência física da população indígena, especialmente em Angola e ao norte de Moçambique (muito menos acentuada na Guiné), é realidade que não escapa ao menos advertido dos observadores.

Os males vêm, provocados ou consentidos, pela acção política e administrativa dos últimos 60 anos, por consequência, do fim do século passado. Primeiro, as guerras de ocupação, como prolongamento de três séculos de guerras de conquista, desbastaram cruelmente as populações. E as glórias colhidas em campanha, aliás dignas de todas as consagrações que alcançaram, encadearam os entendimentos ou deixaram nas sombras os prejuízos demográficos então sofridos. Houve operações conduzidas com dureza e crueldade excessivas — operações de extermínio, a cuja direcção faltou o pensamento político que teria em conta que um país como o nosso, de 6 milhões de habitantes (seriam 5 ao tempo), só cria países na linha da sua política tradicional, isto é, poupando as populações indígenas. Ora estas não se pouparam então — e no rescaldo destas guerras e entre estas guerras, surgiu, por hábito, vício ou adaptação, um espírito de extermínio, que durante muitos anos se manifestou em certas autoridades e colonos, agravados ainda pelas sobrevivências do espírito esclavagista.

As perdas sofridas por estes motivos foram consideráveis. Foram-se os melhores valores fisiológicos e sociais. As gerações subsequentes a-

25X1

Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R002900020011-5

...saram naturalmente em número e em qualidade a importância de tais perdas. Têm as populações indígenas com as atenções que hoje se reclamam, e que dispunha de mais elementos de solução do que aqueles de que hoje dispomos. Mas não. Salvo esforços, ao tempo verdadeiramente revolucionários, de Norton de Matos e, depois já na actual situação, a publicação dos códigos de Trabalho do Estatuto dos Indígenas, que, apesar de todas as falhas da sua aplicação, tiveram a virtude de perseguir e relegar para a posição de crimes comuns certas violências exterminadoras quase correntes que se praticavam contra os indígenas, a questão não foi verdadeiramente considerada senão como pretexto de retórica, dialéctica e arranjos sem alcance. E naturalmente seguiu a vertente a que o passado a tinha conduzida.

Encontramos assim, no espirito deste século, populações escassas e fisicamente inferiorizadas.

Estas populações continuaram depois, embora menos desprotegidas, entregues ainda a muitos agentes da destruição, digamos, tradicionais, resultantes da sua condição de bárbaros, e desgastadas pela sofreguidão dos agentes, também destrutivos de certas formas precipitadas com que se exerceu a exploração económica. Por um lado, a magia, o demonismo e a feitiçaria; a hipocalimentação; o nomadismo de certas tribos, etc.; por outro lado; os deslocamentos maciços dos trabalhadores e as condições de trabalho criadas, não só na forma de conta alheia, como também nas actividades de conta própria, têm mantido abertas, e sangrando copiosamente, numerosas feridas, que têm levado as colónias a um empobrecimento demográfico pavoroso. A expressão mais nítida deste empobrecimento encontra-se na diminuição precipitada da natalidade, no nível horrível da mortalidade infantil, no número crescente de doentes e inválidos e nas cifras de mortalidade por diversas causas, entre as quais se avolumam as das condições de recrutamento de trabalhadores e de trabalho.

Não é esta a expressão verdadeiramente sensível nas estatísticas e informações oficiais; é apenas levemente sensível — o bastante para apresentar-se em traços defumados. Mas aí só aparece muda, estática; não grita nem explica as suas dores. É preciso ir ver e animar os que vêm, em lugar de condenar ao exílio de funções como incómodos; estudar os fenómenos nos povoados indígenas; percorrer alguns milhares de quilómetros que normalmente ninguém percorre; ouvir os próprios indígenas em intimidade; ouvir das autoridades que têm receio de informar com fidelidade o que só o próprio local e em certas ocasiões se atrevem a dizer; ouvir os missionários dizerem em conversas o que não se atreveriam a escrever em relatórios, etc. — e então surgem em toda a nitidez as formas alarmantes do mal: a namúria das mulheres que se queixam da ausência dos homens; as comparações expostas pelos velhos; os espetáculos dos inválidos; as revelações sensacionais — enfim, as verdadeiras máscaras de uma natalidade em declínio, da mortalidade infantil em galopada intrene, da miséria e da doença.

Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R002900020011-5

Neste panorama erguem-se, como elementos essenciais de combate, os serviços de saúde e os serviços administrativos.

Não se diga que esqueço ou menosprezo as providências que, na vigência desta situação, tem procurado elevar estes serviços e conduzi-los a maior eficiência, mas as providências referidas, embora estabelecendo uma ordem orgânica e moral que antes faltava, ficaram sem alcance, em parte por força do afastamento, quase sistemático, em que a nossa Administração se pôe relativamente a certas particularidades da vida e dos fenómenos coloniais, em parte também porque a falta de meios materiais as conduziu a fórmulas burocráticas estáticas e impotentes.

Os Serviços de Saúde, que alcançaram nos últimos anos certa expansão, desenvolvimento e resultados em alguns meios urbanos mais importantes — apesar de enormes deficiências que ainda os inferiorizam — mantêm-se inoperantes quanto a acção que lhes competia exercer sobre o indígena.

É considerável a distância entre os preceitos legais e o cumprimento, da lei. Os médicos continuam a fugir do interior e a concentrar-se nas cidades e povoados mais importantes; os hospitais continuam carecendo dos meios elementares de assistência sanitária, e muitos lugares que são pontos estratégicos de assistência continuam carecendo de hospitais; faltam ainda muitos médicos, falta ainda pessoal auxiliar adaptável e competente; falta, como sempre, mobilidade na assistência; falta coordenação objectiva entre os serviços administrativos e os serviços de saúde; são meras formalidades sem alcance prático as formas de assistência no trabalho, de assistência à grávida e à criança, da luta contra o impaludismo, a doença sono e, de uma maneira geral, as moléstias indígenas mais depauperantes. Uma teia burocrática feroz e um jogo infrane e irreprimível de interesses pessoais embaraçam, entorpecem e reduzem tudo a uma fachada, movimentada sim, mas sem profundidade.

E o mais grave é que não a percebem nem entendem os que avaliam a eficiência dos serviços de saúde em alguns centros urbanos ou em visita anunciada a certos hospitais... que só para alguns visitantes varrem a casa e põem roupa nas camas.

Sustento que a assistência sanitária ao indígena em Angola, Moçambique e na Guiné, quer a custeada directamente pelo Estado, quer a que o Estado impõe às organizações de actividade privada, salvas raras, locais e illusórias excepções, é inexistente.

Em matéria de assistência oficial nunca encontrei ao longo de duas centenas de milhares de quilómetros percorridos no interior da colónia, nada, absolutamente nada, digno de respeito, admiração ou apreço, salvo casos raros e pessoais de proficiência e dedicação de alguns técnicos e funcionários.

As causas de decadência física e empobrecimento demográfico, apontadas neste capítulo, não só pesam tão consideravelmente sobre as populações, como também se apresentam como agentes bárbaros de destruição em quase plena liberdade de acção destrutiva.

Quer dizer, estamos sofrendo as 'devastações' de um incêndio, sem água sem bombas e sem bombeiros. Ou antes: sem água captável, sem bombas que funcionem e sem bombeiros treinados.

E, assim, não é de surpreender que a mortalidade infantil alcance a cifra de 60 por cento, que não sejam raros os casos de 40 por cento de mortalidade em trabalho, que os médicos assegurem que são raríssimos os pretos que não sofrem de hiliarziose, que o número de nados-mortos aumente assustadoramente e que encontremos as sanzalas cada vez mais povoadas por doentes e inválidos.

Por consequência e até aqui: uma grande parte da população em fuga; a população restante a caminho da ruína fisiológica. Meios de acção combativa; de uma manjeira geral, burocráticos, onde não são apenas inexistentes,

### "Só os mortos estão isentos da compulsão ao trabalho"

A situação insustentável do problema de mão de obra. — Seria ocioso expor a V. Exas. as condições e formas de trabalho indígena nas colónias africanas. Todos os conhecemos, de extremo das ideias e princípios contidos na lei até ao extremo em que se situa a realidade do trabalho compelido. Temos um caminho a percorrer no sentido do trabalho realmente voluntário.

Escusado será dizer que, dadas as perdas atrás referidas e a acção contante de gastos que se verifica sobre as populações indígenas, o problema de mão de obra surge-nos, antes de mais nada, como um problema de carência.

A carência não é ainda sensível da Guiné; faz-se sentir já com certa agudeza em algumas regiões da colónia de Moçambique (distrito de Tete); apresenta-se com cores alarmantes em Angola.

Angola avizinha-se rapidamente da catástrofe. Moçambique caminha para ela. Na Guiné é possível considerar o problema ainda com certa largueza.

Quer dizer, falta-nos em Angola a massa de mão de obra necessária para manter o nível actual de produção e desenvolvimento em condições humanas de utilização do trabalhador. Falta-nos em todas as colónias a massa de trabalhadores necessária para encarmarmos realização de grandes planos para o futuro. As possibilidades espontâneas de elevar o número de homens válidos, entre os quais se recrutará a massa de trabalhadores encontram-se reduzidas pela decadência física dos povos e o empobrecimento demográfico das colónias.

Conforme o último censo da população não civilizada, isto é, a quase a totalidade da população indígena da colónia, Angola é povoada por: Varões, 1.721.425; Fêmeas, 1.920.183. Total 3.641.608.

Considerando com muita largueza que as idades de capacidade para o

trabalho, se compreendem entre os 16 e os 74 anos de idade, e não ultrapassam estes limites 102.217 varões. Conforme os apuramentos da Repartição dos Negócios Indígenas, deste número só se consideram homens válidos para o pagamento do imposto e implicitamente, para trabalho, 746.589. Quer dizer: por causas várias, em que avulta a incapacidade física, estão isentos do imposto e da obrigação de trabalhar 459.128 varões, ou seja mais de 35 por cento da população masculina dos 16 aos 74 anos. (Note-se que o número de 60 aos 74 anos não vai além de 61.212, e portanto os incapazes com menos de 60 anos são 394.916).

A mesma Repartição dos Negócios Indígenas cômputa as necessidades de mão de obra da colónia conforme os seguintes números: Para trabalhos de conta alheia, (assalariados de colonos e do Estado, em regime de trabalho voluntário ou compelido) 202.964 homens. Para trabalhos de conta própria (agricultura e pecuária indígenas) 402.503 homens. Quer dizer: Angola precisa actualmente, para manter as actividades económicas criadas, de 605.467 trabalhadores.

Parece assim existir excesso de mão de obra de 141.122 trabalhadores, tal é a diferença entre as necessidades e o número de homens considerados válidos para pagamento do imposto.

Não se pode dizer que a situação fosse brilhante, mesmo que fosse real. Mas não é real. Não existe excesso. Existe um deficit considerável. Vejamos como, na verdade, se passam as coisas. Não há coincidência entre o número de homens considerados válidos para o pagamento do imposto o número de homens realmente válidos para o trabalho. Aquele é muito superior a este, e assim se desvenda já a violência que o imposto constitui sobre o número que marca a diferença.

De facto, verifica-se o seguinte: nas concentrações que se realizam nas sedes das circunscrições para recrutamento de trabalhadores açodcm, trazidos pelos sobas, por sua vez empurrados pelos administradores ou chefes de posto, o número de contribuintes exidos pela autoridade. Estes são sujeitos a uma inspecção médica (na maior parte dos casos realizada por enfermeiro) e, que, apesar de pouco exigente, reprova por incapazes grande número. Conforme os meus cálculos, feitos circunscrição por circunscrição, as rejeições atingem a média de 12 por cento. Quer dizer: ao número de 746.589 unidades há que abater imediatamente, por força desta primeira e precária selecção, pelo menos 89.000 homens, o que o reduz a 657.589.

Mas não ficamos por aqui. Este último número está ainda sujeito a uma baixa de, pelo menos, 10 por cento, resultante de fugas, doenças em viagem, rejeições no local de trabalho, morte em trabalho, trocas fraudulentas, etc., percentagem cuja tendência para aumentar se tem agravado espantosamente nos últimos anos. Não nos ficam, por consequência, mais de 500.000 trabalhadores disponíveis.

Como as necessidades se computam em 605.000, não há excesso, mas sim um deficit de 15.000 trabalhadores. Estes números aliás optimistas, apesar de ainda grosseiros quanto a rigor, é que melhor reflectem a realidade das coisas. Esta realidade é menos sensível do que deveria ser, porque se tem recorrido, para se cobrir o deficit, ás violências mais condenáveis: no menos peor dos recursos, compelindo para trabalhos de con-

25X1

Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R002900020011-5

ta ameaça trabalhadores de conta própria; depois destes, as mulheres, as crianças, velhos decrepitos, doctes etc.. Só os mortos estão realmente isentos de compulsão ao trabalho.

A vertente em que se vai só tem uma saída. É questão de tempo, que já não é largo se não se arrepiar urgentemente caminho. Isto quanto a expressão, digamos numérica do problema de mão de obra em Angola.

Em Moçambique só os números diferem. Há grandes déficits regionais, mas não há ainda um déficit geral de trabalhadores. No entanto o fenómeno que aí se produz é o mesmo e a corrida na vertente leva o mesmo andamento. Será questão de tempo.

### "O fornecimento de trabalhadores"

As condições de trabalho são outro aspecto deste problema de mão de obra, insustentável na situação em que se encontra, pois só tendem a agravar a questão, promovendo a redução do número e a aviltamento da qualidade.

A mais grave deste aspecto reside certamente na posição tomada pelo Estado, através dos seus agentes, no recrutamento de mão de obra para particulares — posição mais saliente e condenável em Angola do que em Moçambique, pois naquela colónia o Estado se fez, franca e deliberadamente, recrutador e distribuidor de mão de obra a ponto dos colonos se dirigirem à Repartição dos Negócios Indígenas pedindo por escrito, com impressionante naturalidade, "o fornecimento de trabalhadores". Este termo "fornecer" emprega-se já com o mesmo desembaraço para gente e mercadorias.

Em Moçambique segue-se mais ou menos, a mesma prática, mas veladamente. Salva-se a fachada. Com a continuação e exagero desta prática instalou-se no espírito dos colonos a ideia de que o Estado tem a obrigação de lhes "fornecer" mão de obra — e por parte do Estado existe, por assim dizer, o reconhecimento tácito desta obrigação, pois "fornecer" é prática, pelos seus agentes, para realizar o "fornecimento", violências que levaram à cadeia um recrutador privado e que de modo algum se compadecem com os preceitos da lei e as recomendações públicas.

O que à sombra deste hábito, condenado pela lei, mas imposto em circulares e ordens oficiais de carácter confidencial, se pratica, excede todas as marcas e dishonra uma administração. E os trabalhadores fornecem-se enquanto os houver, ao mesmo tempo que se pregam, em discursos e tropos de propaganda, política e propósitos de humanidade.

Em certo ponto de vista a situação é mais grave que a criada pela escravatura pura. Na vigência desta o preto comprado, adquirido como animal, constituía um bem que o seu "dono" tinha interesse em manter são e escorreito, como tem em manter são e escorreito o seu cavalo ou o seu boi. Agora o preto não é comprado — é simplesmente alugado ao Estado, embora leve o rótulo de homem livre. E ao patrão pouco interessa que ele adoça ou morra, uma vez que vá trabalhando enquanto

Approved For Release 2005/04/22 : CIA-RDP83-00415R002900020011-5

mento de outro. Há patrões que têm 35 por cento de mortes entre o seu pessoal durante o período de contracto. E não consta que algum tenha sido privado do fornecimento de mais quando mais precisar.

Esta política não pode manter-se de forma alguma. E não pode manter-se também a serenidade ou inconsciência que a consente, e a ela parece ter-se habituado.

Evito citar casos e exemplos de expressão geral, mas estou pronto a revelá-los a V. Exas., como os tenho revelado ao Governo, e insistentemente, de há dez anos a esta parte.

### "O contracto, este arrebanhar de gente..."

Mas faltas ou desvios pelos quais o Estado tem de responder não ficam por aqui.

O trabalho dos indígenas é prestado nas colónias:

a) **Voluntariamente** -- É insignificante o número de voluntários mas tem crescido nos últimos anos. É manifesta a tendência de muitos indígenas para a procura voluntária de trabalho. Conviria, evidentemente, animar esta tendência, que, uma vez realizada em grande escala, traria soluções ideais ao problema de mão de obra. Pois bem: o Estado que declarou o trabalho livre, contraria praticamente esta tendência. Normalmente a autoridade impede o trabalhador voluntário de escolher o seu patrão, e até o melhor salário, para o obrigar a aceitar o patrão que a autoridade designa e o salário mínimo.

Escusado será dizer que os trabalhadores, em regra, fogem, emigram -- alguns para os grandes centros (portos e caminhos de ferro), a maioria para o estrangeiro.

b) **Por compulsão das autoridades, apoiadas no despotismo das sobas** -- É o que os indígenas chamam o "contracto", "ir no contracto" -- porque se designa de facto contracto este "arrebanhar" de gente para ser fornecida aos patrões que requisitam trabalhadores a autoridade ou à Repartição dos Negócios Indígenas.

Já descrevemos a posição que o Estado tomou nesta forma... de contracto. Como o voluntário não existe em número apreciável, nem se organizaram política e administrativamente as coisas no sentido de o estimular e desenvolver, torna-se necessário recorrer ao trabalho compulsivo.

Os patrões -- caso mais suave -- servem-se de recrutadores, que protegidos ou auxiliados pelas autoridades, conseguem mais ou menos dispendiosamente, e à razão de tanto por cabeça, o número de trabalhadores que precisam. Inútil entrar em pormenores acerca de certos aspectos odiosos que estas operações revestem. Chama-se a isto "contratar" trabalhadores, e estes são conhecidos oficialmente como voluntários. No caso menos suave -- a prática que descrevemos seguida em Angola -- o Estado "fornece" trabalhadores. Como não existem, como vi-

mas, resoluções das necessidades correntes, não há como devia haver, um roulement de trabalhadores e o que se pratica como roulement é apenas a desorganização da massa dos trabalhadores de conta própria, com prejuizo incalculavel para a economia indigena.

Os pretos odiam o "contracto". Desde certos "contractos" para S. Tomé, realizados nas mesmas condições em que se exportam animais — o que os apavora — até ao simples "contracto" para a fazenda da família x, onde sabem que morrem 20 e 30 por cento.

Na realidade, este "contracto", que só a intervenção do Estado torna possível, causa à população, por morte, doenças e fugas, mais perdas do que certas doenças endémicas.

c) No Estado — Este recruta para si como recruta para os colonos. Mas como para satisfazer as necessidades destes, lhe faltam por vezes braços, recorre frequentemente às mulheres e aos incapazes. E, como também não menos frequentemente lhe faltam verbas, obriga os pretos a trabalhar sem salário nem alimentação, em entradas, granjas administrativas, etc.. O Estado que, diga, — se de passagem, procura obrigar os patrões particulares a cumprir o mínimo de obrigações elementares, falta muitas vezes a essas mesmas obrigações, dando os mais lamentáveis exemplos.

Quando o Estado paga, nem sempre paga pontualmente. Ainda hoje se exigem serviços violentos de carregadores em regiões distantes, que só são pagos meses depois de prestados, por via de um sistema fazendário que não compreende os casos particulares das colónias. Os indígenas, entre os dois males: "contracto para o Estado" e "contracto para particulares", preferem o segundo, em que, ao menos beneficiam de uma protecção que o Estado concede aos trabalhadores que não o servem.

### "O indígena, escravo da gleba"

d) De conta própria — Constituem as massas dos trabalhadores de conta própria os agricultores, comerciantes e industriais de produtos espontaneos e pastores indigenas especialmente. São os criadores daquela riqueza a que se chama a "produção indigena" e que ocupa o primeiro lugar na economia das colónias. A organização e a valorização desta massa de trabalhadores traduzir-se-ão automaticamente no aumento e melhoria da produção indigena. A sua desorganização e desvalorização ameaçam naturalmente a produção indigena. Esta pode manter-se e elevar-se, embora em via de desorganização e desvalorização durante algum tempo, à custa de violências exercidas sobre os trabalhadores.

É este último o caminho que se tem seguido.

Teóricamente, quer dizer, conforme o que se acha estabelecido e tem reflexos em rubricas dos orçamentos, o Estado intervém como protector e orientador das actividades indigenas de conta própria, organizando so-

cial e economicamente as sociedades indígenas, o estatuto social e a organização é naturalmente a família indígena.

Praticamente, as intenções, digamos, os mandamentos imperativos da lei e da política assás definida pela palavra escrita e falada não se cumprem, antes se prostituem na generalidade dos casos.

A assistência familiar, salvo o esforço muito exíguo, e geralmente inglorio de alguns missionários, converte-se, pela forma como se pratica o recrutamento de trabalhadores e se furtam em numerosas circunscrições aos seus trabalhos de conta própria numerosos indígenas, em assistência anti-familiar. É mais activo o agente de dissolução da família do que os míseros agentes da sua valorização.

A acção da autoridade sobre o indígena agricultor e pastor, sobre os que colhem cera e borracha, etc., no sentido de os obrigar a produzir em quantidade, é pertinaz e às vezes violenta. Mas as autoridades, normalmente acoissadas por ordens, circulares e indicações dos serviços centrais, não hesitam em furtar esses homens às culturas e explorações, obrigando-os a abandoná-las em meio para os enviarem para o "contracto". Foi assim que se esfumaram as esperanças de produção orizícola de Pombo e Cuango: uma campanha intensiva no sentido de obrigar os indígenas a cultivar arroz e logo, quando as lavras já estavam amanhadas, o desvio dos agricultores para o "contracto".

Sob o pretexto de prestar a estes agricultores assistência técnica criam-se granjas nas sedes das circunscrições e postos. E a ideia parecia aceitável. Os indígenas aprenderiam ai processos civilizados de cultivo. Praticamente essas granjas transformaram-se em hortos de circunscrição, amanhados exclusivamente para acudir à insuficiência de recursos à disposição da autoridade, e os processos de cultura empregados são os dos indígenas. Dir-se-ia que é o branco quem aprende com o indígena os métodos cafreais.

Os serviços técnicos vivem encerrados nas torres de marfim, que são os seus campos experimentais e estações; onde por vezes se verificam diligência, dedicação e boa vontade, mas cuja a acção não alcança o indígena. Salvo a obra, aliás sem fôlego por falta de meios, dos serviços veterinários, que por vezes conseguiram entrar em contracto com populações pastoris, pode dizer-se que entre o produtor indígena e os serviços técnicos; não há comunicação de espécie alguma. O fosso que os separa ainda não foi transposto.

Sob outro pretexto — agora de fomentar a produção de alguns produtos de grande valor económico em benefício do indígena (algodão, arroz, ricino, mas especialmente algodão) copiou-se, quase sem adaptação, o regime adaptado com o mesmo fim no Congo Belga e vulgarmente conhecido pela designação de "zonas de influência".

Seria ocioso alóngar-me a explicar a V. Exas. o que é regime de "zonas de influência". Não é, todavia, inútil apontar alguns traços da sua verdadeira fisionomia e que levaram a classificar algumas colónias estrangeiras o nosso algodão assim produzido "algodão escravo".

O sistema é, teóricamente defensável e tentador. Mas a aplicação, infelizmente considerou apenas o aspecto imediato dos interesses dos grandes concessionários, reduzindo praticamente o indígena a escravo da

gleba. Este suporte, todos os ramos da cultura (e são numerosos) cultivada, dá-se ao produtor. O produtor é responsável por todos os processos cruciais. Ao concessionário foram assegurados, em condições óptimas, quase sem risco, benefícios certos.

É verdade que a lei prescreve a assistência técnica. Mas na realidade — e salvo a excepção única da Companhia dos Açúcares de Angola — esta assistência não se concretiza. E os cultivadores indígenas só conhecem a presença dos capatazes, autoridades e agentes de propaganda (não técnicos), que nada lhes ensinam e que só lhes impõem cultivar, cultivar seja o que fôr e onde fôr, indiferentemente em terras boas e terras más, com prejuízo inclusivamente das suas culturas alimentares.

Podem citar-se, não como excepções, mas como expressões de regra, casos arripantes de violência, de falta de senso, de destruição de população, animados por uma sófreguidão de quantidade, que, sobretudo nos tempos actuais, constitui a grande preocupação do concessionário. Sofreguidão que compromete a economia do produto para o futuro e que destrói todas as virtudes políticas do sistema. Também os verdadeiros aspectos deste problema parecem despercebidos da Administração, que inclusivamente se mostra incrédula ou impotente quando alguém lhes revela. O triunfo obtido com o aumento constante das quantidades como-ve os entendimentos e parece justificar todos os erros e faltas.

Uma Junta de coordenação económica (algodão), muito interessada neste êxito de quantidade contribui poderosamente para a cegueira da Administração.

### "Colonialismo do Terreiro do Paço"

O regime criado pelo decreto 11.901, 1913, foi alterado recentemente pelo decreto 53.844, de 1936. O decreto surge cívado daquele espírito tão conhecido dos meios coloniais, e comum a muitas pessoas, aliás algumas eminentes, que versam problemas coloniais sem conhecerem profundamente as colónias e as suas particularidades: o espírito livresco de um colonialismo a que se chama, nas colónias, do "Terreiro do Paço".

De facto lêem-se no preâmbulo do referido decreto — lêem-se e não os acreditam aqueles que estão em contacto com as realidades da questão indígena — trechos como este: "O decreto 11.901 e a legislação posterior de protecção à cultura de algodoeiros corresponderam aos objectivos do Governo. Vinte anos passaram depois aquele decreto, e a luz da experiência torna-se necessário rever toda a legislação algodocira..."

Ora a verdade é que os objectivos do Governo só foram correspondidos quanto ao aumento das quantidades e certa melhoria da qualidade do algodão produzida. E não haviam de sê-lo com tais processos de compulsão? Mas não se pode admitir que fossem esses os seus objectivos exclusivos nem os métodos realmente aplicados aqueles que preconizou. O Governo não poderia ter desejado que se oblivesssem grandes quanti-

dades de algodão fosse como fosse... e contra o indígena. Ora foi isto exatamente o que se verificou: o sistema produziu o aumento da produção de algodão, mas falhou inteiramente como instrumento precioso da política indígena, certamente também pretendia ser.

A Administração parece despercebida desta falha gravíssima. Mais adiante, referindo-se o mesmo preâmbulo às críticas mais frequentes e importantes feitas ao regime das zonas de influência, cita os casos criticados e responde assim à crítica que incide sobre o facto de o risco da exploração caber exclusivamente ao cultivador indígena: "Postas as coisas no seu pé, vê-se que o indígena cultivador de algodão não sofre mais riscos — bem ao contrário — do que o cultivador do milho ou de qualquer outro produto e se encontra em relação ao concessionário, em melhores condições de que o produtor de trigo, por exemplo, em relação ao moageiro, ou ao produtor americano de algodão em relação ao industrial encarregado do descaroçamento e pressagem do algodão".

Também se lê e não se acredita. É preciso realmente que o Terreiro do Paço se encontre a uma distância astronómica das colónias para que se refira tal conceito acerca das condições em que trabalha o cultivador indígena das zonas de influência e se compare este com o produtor de algodão americano. E, contudo, não se ignora certamente que este produtor indígena é violentamente compelido a plantar algodão — e tem sido compelido a planta-lo, em condições económicas inconcebíveis, até em terrenos onde os cardós não viariam.

Não vou, evidentemente, fazer uma análise do decreto, que insere outros pontos de vista tão distante das realidades como os referidos.

### "Castigos corporais, violências físicas espírito de extermínio"

São factos correntes dos embaraços trazidos ao problema de mão de obra pela acção dos patrões, contra ou ao abrigo das disposições oficiais, eludindo a fiscalização umas vezes e subornando-a outras, aproveitando a brandura ou a falta de meios da autoridade protectora, jogando influência e poderes, entre outros, os seguintes:

- 1º. — A resistência por todas as formas a uma política de salários justos, económica e socialmente justos;
- 2º. — O mau tratamento dado aos trabalhadores — os castigos corporais e violências físicas são ainda correntes em Moçambique; as obrigações de vestuário, alimentação e assistência sanitária iludem-se na generalidade dos casos; a ideia de que o preço é simples besa de carga perdura; a indiferença pela saúde física e moral do trabalhador, pela sua morte ou invalidez é manifesta. Uma classificação de patrões conforme o tratamento concedido aos seus serviços conduz a uma percentagem

- dem povões de mão de obra;  
5º. — Os respectivos de mão de obra, para onde se abunda, tudo se faz a braço de negro — desde a tracção de vagonetas até ao enxugamento de pântanos.
- 4º. — A qualidade e o caracter dos angariadores de mão de obra;
  - 5º. — Os deslocamentos de trabalhadores sem atenção às mudanças bruscas de clima — em especial os sacrificios a que são submetidas as levas deslocadas do interior para o litoral;
  - 6º. — As extorsões praticadas pelos comerciantes sobre os indigenas;
  - 7º. — O desprezo pelas condições de habitação;
  - 8º. — As últimas sobrevivências do espirito de exterminio verificado no fim do século passado e principios do século actual.

Este é, a traços muito breves, mas de cujos pormenores o Governo está informado — situação actual da questão indigena de mão de obra.

É certo que se tem sacrido em diplomas officiaes que o problema é difficilissimo. E não pode negar-se que seja. Hoje mais difficil do que ontem; amanhã mais difficil do que hoje. Mas é certo também de que isto se conhece de ha 10 anos e cae não surgiu nestes 10 anos uma única providência de ataque frontal à questão. Na verdade não se tem tratado de assuntos senão por meio de fórmulas e providências muito limitadas, cujo espirito é visivelmente o de empapar a doença na esperança de que o acaso a cure.

Repto: assumo a responsabilidade de demonstrar que é rigorosamente verdade o que exponho. Apenas se me pode opor como reparo que não digo toda a verdade, ou antes, que não apresento as verdades que refiro sob todas as numerosas formas que revestem. Mas isso seria matéria para volumes e muitas horas.

"Nos seus projectos de desencadeamento duma nova guerra contra a U.R.S.S. e as democracias populares, os militaristas norte-americanos e seus lacaios estão a dar uma atenção particular ao continente africano. A Africa é uma rica fonte de matérias primas estratégicas necessárias à indústria de guerra dos Estados Unidos e o "Bloco Ocidental" europeu carece de matérias primas para o renascimento do seu potencial militar. Daí uma intensa actividade no continente africano e uma acrescida pilhagem e exploração dos povos coloniais.

"Desta forma, os imperialistas anglo-americanos e seus satélites têm em vista a integração da Africa no "Bloco Ocidental". Fiel porta-voz dos seus patrões estrangeiros, Salazar declarava, no discurso de 27 de Novembro de 1947, que "os destinos de toda a Africa são solidários com a Europa do Ocidente", sublinhando que "a Africa é base suficiente para a politica que se deseja fazer". Qual é essa politica segundo Salazar? Ele disse-o com clareza ao afirmar, no mesmo discurso, que só há uma alternativa para os Estados Unidos e Grã-Bretanha: "Dividir o mundo com a Rússia, o que é impossível, além de contrário aos seus interesses e aos seus principios, ou bater-se com ela e na Europa para os salvar".

"Isto é: o desencadeamento da guerra contra a U.R.S.S. — baluarte da paz, da segurança dos povos e da independência das nações — é a politica que os imperialistas "desejam fazer" e para a qual, segundo Salazar, "a Africa é base suficiente", com as suas ricas matérias primas. É assim propósito assente e confessado de Salazar entregar as riquezas coloniais aos imperialistas anglo-americanos, pôr as colónias portuguesas ao serviço dos fomentadores de uma nova guerra".

(De um artigo publicado no "Avante", órgão central do Partido Comunista Português, n.º. 129, segunda quinzena de Dezembro de 1948).